

[SS-1794] AUTO POSTO GIGI LTDA - 09.366.602/0001-31

Criado: 17/ago/24 Atualizado(a): 13/nov/24

Status:	Aguardando Aprovação		
Projeto:	Solicitações SAC		
Componentes:	Nenhum		
Versões afetadas:	Nenhum		
Versões corrigidas:	Nenhum		

Tipo:	Solicitação de Serviço	Prioridade:	Média
Relator:	Bruna Spanhol	Responsável:	Sabrina Silva
Resolução:	Não resolvido(s)	Votos:	0
Categorias:	Nenhum		
Estimativa de trabalho restante:	Desconhecido		
Tempo gasto:	Desconhecido		
Estimativa original:	Desconhecido		

Anexos:

WhatsApp Image 2024-08-16 at 17.04.17(1).jpeg

WhatsApp Image 2024-08-16 at 17.04.16(1).jpeg

WhatsApp Image 2024-08-16 at 17.04.17.jpeg

WhatsApp Image 2024-08-16 at 17.04.16.jpeg

09-02-2024.pdf

05-09-2023.pdf

image-20240906-173102.png

AUTO POSTO GIGI.zip

AUTO POSTO GIGI 08.2022.zip

Request participants:	
Organizations:	Nenhum
Selecione o assunto::	DESPACHO DECISORIO
Origem da demanda:	WhatsApp
Informe se INSS ou PIS COFINS:	PIS/COFINS
Ultimo que atualizou a tarefa:	Tributo Justo

Comentários

Comentado por [Bruna Spanhol](#) [17/ago/24]

A empresa enviou a seguinte notificação: pelo que foi possível entender, a manifestação apresentada foi negada devido à intempestividade da mesma.
Despachos do chamado:
<https://tributojusto.atlassian.net/browse/SS-1176>
Quais serão as medidas adotadas a partir desta ?
PRAZO: a contar a partir da transmissão deste comunicado em **22/08/2024**.

Comentado por [Bruna Spanhol](#) [19/ago/24]



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 25/07/2024 11:28:02 por Isabela Bortoletto Boscolo.

Documento assinado digitalmente em 25/07/2024 11:28:02 por ISABELA BORTOLETTO BOSCOLO e Documento assinado digitalmente em 24/07/2024 09:41:11 por ALANA DE CARVALHO PARANAIBA.

Esta cópia / impressão foi realizada por FRANCISCO DAS CHAGAS SOUZA em 29/07/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP29.0724.09073.22FE

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
39277A4B439025C2F9E18D87FBBDC1EAE291DF843963F207DD492706E6718AB0


Página inserida pelo Sistema e-Processo apenas para controle de validação e autenticação do documento do processo nº 10140.902557/2024-11. Por ser página de controle, possui uma numeração independente da numeração constante no processo




VR DIRE DEVAT

Fl. 28

Pág. 1/2

 **Ministério da Fazenda**

 **Receita Federal**

Despacho nº: 10.063/2024 -EQCRE/DRF-GOIÂNIA/GO Goiânia, 24 de julho de 2024.

Processo : 10140.905421/2023-82
Interessado: AUTO POSTO GIGI LTDA
CNPJ/CPF: 09.366.602/0001-31
Assunto: Manifestação de Inconformidade Intempestiva

Inconformado com o Despacho Decisório (ID Comunicação 3703424) o contribuinte protocolou Manifestação de Inconformidade em **18 de Julho de 2024**.

Entretanto, a ciência do Despacho Decisório ocorreu em **27 de Setembro de 2023**, data do recebimento do (AR) número JP108677838BR, sendo portanto tal manifestação de inconformidade **Intempestiva**.

Ultrapassado o prazo de 30 dias contados da ciência da decisão administrativa, a apresentação de peça de defesa não poderá ser conhecida pela autoridade julgadora, pois o prazo fixado em lei é fatal e peremptório (artigo 74, parágrafos 7º e 9º, da Lei 9.430/96).

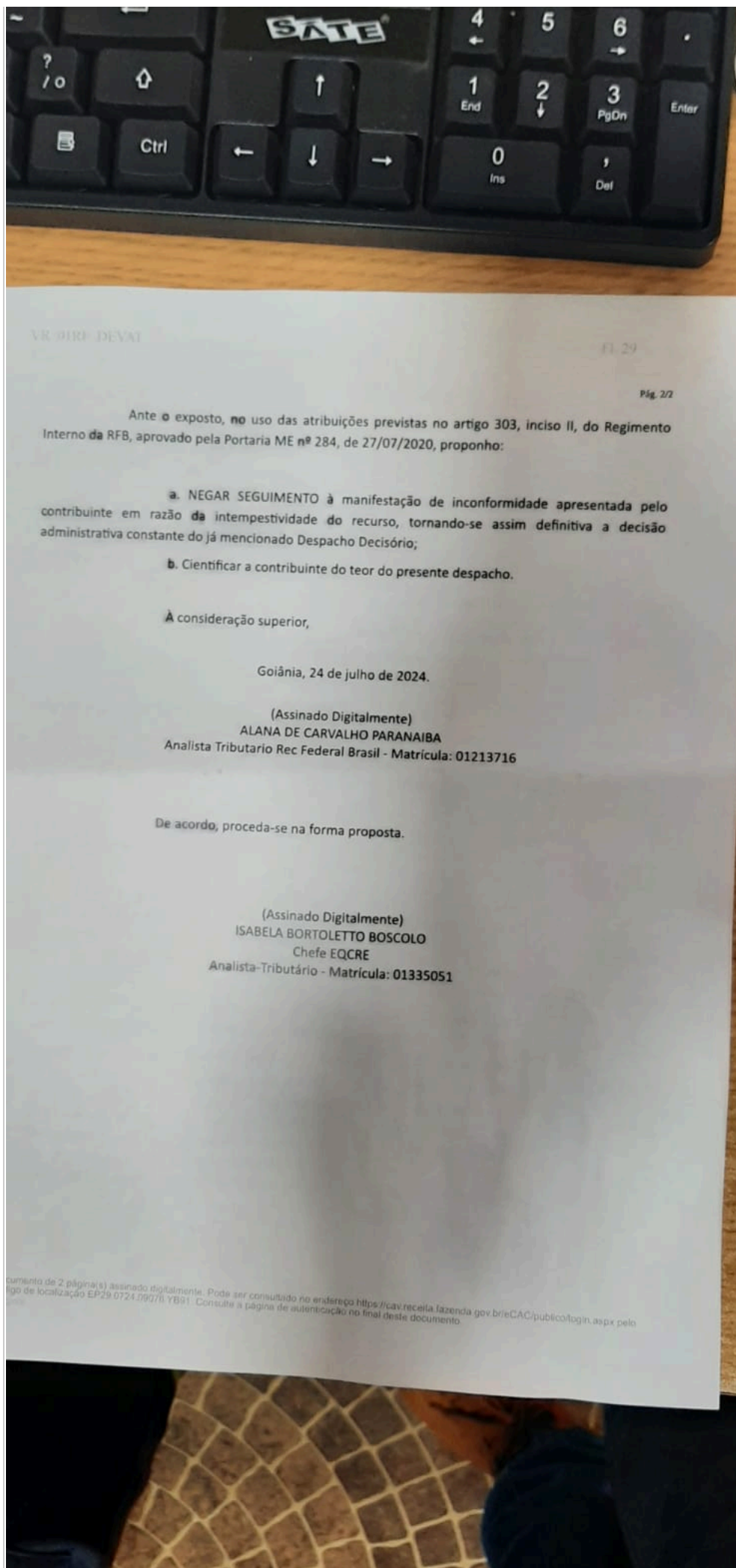
Assim, findo o prazo recursal e não impugnada a decisão administrativa neste prazo, ocorre a preclusão processual administrativa, transformando a decisão constante do Despacho Decisório em decisão administrativa definitiva, o que impede a autoridade julgadora de tomar conhecimento do recurso extemporâneo, à exceção de haver preliminar de tempestividade, situação não declarada e nem comprovada pelo contribuinte no presente caso.

É importante transcrever o disposto no Ato Declaratório Normativo COSIT nº 15, de 12/07/1996, no tocante aos procedimentos administrativos relativos à intempestividade da impugnação:

"Declara, em caráter normativo, às Superintendências Regionais da Receita Federal, às Delegacias da Receita Federal de Julgamento e aos demais interessados que, expirado o prazo para impugnação da exigência, deve ser declarada a revelia e iniciada a cobrança amigável, sendo que eventual petição, apresentada fora do prazo, não caracteriza impugnação, não instaura a fase litigiosa do procedimento, não suspende a exigibilidade do crédito tributário nem comporta julgamento de primeira instância, salvo se caracterizada ou suscitada a tempestividade, como preliminar."

Documento de 2 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP29 0724.09076.YB91. Consulte a página de autenticação no final deste documento.
Original





VR 0101 DE VAT

Fl. 29

Pág. 2/2

Ante o exposto, no uso das atribuições previstas no artigo 303, inciso II, do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27/07/2020, proponho:

a. NEGAR SEGUIMENTO à manifestação de inconformidade apresentada pelo contribuinte em razão da intempestividade do recurso, tornando-se assim definitiva a decisão administrativa constante do já mencionado Despacho Decisório;

b. Cientificar a contribuinte do teor do presente despacho.

A consideração superior,

Goiânia, 24 de julho de 2024.

(Assinado Digitalmente)

ALANA DE CARVALHO PARANAÍBA

Analista Tributário Rec Federal Brasil - Matrícula: 01213716

De acordo, proceda-se na forma proposta.

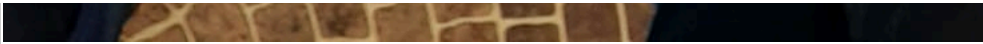
(Assinado Digitalmente)

ISABELA BORTOLETTO BOSCOLO

Chefe EQCRE


Analista-Tributário - Matrícula: 01335051

Documento de 2 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo tipo de localização EP29-0724/09076 YB81. Consulte a página de autenticação no final deste documento.



→ 0 Ins PgDn Enter , Del

página 1 de 1



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 25/07/2024 11:28:02 por Isabela Bortoletto Boscolo.

Documento assinado digitalmente em 25/07/2024 11:28:02 por ISABELA BORTOLETTO BOSCOLO e Documento assinado digitalmente em 24/07/2024 09:40:44 por ALANA DE CARVALHO PARANAIBA.


Esta cópia / impressão foi realizada por FRANCISCO DAS CHAGAS SOUZA em 29/07/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:
EP29.0724.09076.YB91
- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
8D6F236F9550B4896F5FB21829974D4C2A34EC62AEA3F6842D5F0C09532B80A6

Página inserida pelo Sistema e-Processo apenas para controle de validação e autenticação do documento do processo nº 10140.905421/2023-82. Por ser página de controle, possui uma numeração independente da numeração constante no processo.



Louise Letícia Dias Rondineli Evangelista Daiana Mourão de Andrade, podem verificar por gentileza.

Comentado por Daiana Mourão de Andrade [20/ago/24]

Nicolle Rodrigues favor dar seguimento.

Comentado por Nicolle Rodrigues [21/ago/24]

Ao Sac, Bruna Spanhol

De fato, esse despacho foi localizado e respondido de maneira intempestiva, assim como os demais do chamado <https://tributojusto.atlassian.net/browse/SS-1176>.

Em consulta ao E-Processo, verifiquei que foram dois os despachos que receberam esse retorno:


- 10140-905.421/2023-82
- 10140-902.557/2024-11


Vamos protocolar o Recurso Hierárquico para ambos no prazo de 10 dias e, para medida posterior, caso seja julgado improcedente, estamos verificando a viabilidade

Prazo fatal do Recurso: 30/08/2024.

Ao Fiscal, Isabela Colere de Matos Letícia Dias

Poderiam nos informar se os créditos referentes a estes despachos foram utilizados para compensação cruzada?

[09-02-2024.pdf](#)

[05-09-2023.pdf](#)

Comentado por Bruna Spanhol [22/ago/24]

Isabela Colere de Matos Letícia DiasLouise PSC.

Comentado por Louise [27/ago/24]

Não foi realizada nenhuma compensação cruzada para essa empresa.

Comentado por Nicolle Rodrigues [30/ago/24]

Retificando: será apresentado Recurso Voluntário pois é mais adequado ao caso.

Prazo fatal do Recurso: 13/09/2024 (30 dias após AR).

Já está pronto, mas estou tendo um problema com o protocolo... o recurso deve ser protocolado nos próprios autos administrativos mas, como o processo de crédito



Estou em contato com a RFB mas eles informam que não é possível desarquivar pelo E-Cac, apenas presencialmente. Estamos tentando encontrar uma solução ao

Comentado por Nicolle Rodrigues [06/set/24]

Boa tarde pessoal.

O Recurso Voluntário, apesar de elaborado, não pôde ser protocolado.

Isso ocorreu pois o processo administrativo vinculado ao crédito encontra-se arquivado, como é possível verificar abaixo:

	10140.902557/2024-11	25/01/2024	RESTITUIÇÃO	PAGAMENTO INDEVIDO O
	10140.905421/2023-82	30/08/2023	RESTITUIÇÃO	PAGAMENTO INDEVIDO O

Tentei o desarquivamento no chat mas não foi possível, conforme orientação dada pelos três atendentes que falei.

Além disso, os precedentes do CARF são desfavoráveis, o que dificultaria nosso êxito mesmo que conseguíssemos realizar o protocolo.

Diante disso, a única solução viável é a impetração de Mandado de Segurança para requerer o crédito que, no presente caso, representa a quantia total de R\$2.790,

Como o valor é baixo, é ainda mais necessário termos certeza de que o crédito é recuperável.

Ao Fiscal,

[Isabela Colere de Matos Letícia Dias Louise](#) Por favor, poderiam verificar a qual tese referem-se os PERDCOMPs abaixo que foram protocolados para o AUTO POSTO

Obs.: Caso sejam créditos de insumos, por favor, informar as despesas utilizadas no cálculo para que possamos verificar sobre a possibilidade de creditamento.

- 00983.58989.081122.1.2.04-2351
- 42261.39182.081122.1.2.04-0304

Ao Sac,

Após a disponibilização das informações acima pelo Setor Fiscal, iremos consultar a jurisprudência dos tribunais para verificarmos a possibilidade de êxito e, por fim,

Comentado por Sabrina Silva [12/set/24]

Louise Letícia Dias Isabela Colere de Matos meninas, podem verificar, por favor ?

Comentado por Bruna Spanhol [18/set/24]


Louise Letícia Dias Isabela Colere de Matos meninas, podem verificar, por favor ?

Comentado por Isabela Colere de Matos [01/out/24]

Boa tarde,

Os PER/DCOMP's foram protocolados devidamente para a tese de Diesel. Porém, identificamos que a DCTF referente ao mês 08/2022 não havia sido retificada. Efe


Seguem arquivos para M.I.:

[AUTO POSTO GIGI.zip](#)

Comentado por Valdelice Siqueira [03/out/24]

Nicolle Rodrigues por gentileza, pode dar prosseguimento.

Comentado por Nicolle Rodrigues [08/out/24]

13/11/2024, 16:20	[#SS-1794] AUTO POSTO GIGI LTDA - 09.366.602/0001-31
<p>Trata-se de indeferimento de manifestação de inconformidade protocolada intempestivamente, relacionada ao aproveitamento de créditos do tema Diesel - LC 192/2006.</p> <p>Informo que, considerando que os créditos relacionados a este chamado são sobre o tema de DIESEL - LC 192/2022 e que ainda, no presente caso, refere-se a cliente <u>jurisprudência é expressa e amplamente desfavorável ao aproveitamento de tais créditos</u>, fundamentando-se no fato de que o tributo em questão é de regime de restituição/ressarcimento, e esta se sobrepõe à Lei Complementar 192/2022.</p> <p>Ainda, há o fato de que o despacho em questão refere-se ao valor de aprox. R\$400,00, pelo que o proveito econômico pretendido será inexistente ante ao pagamento.</p> <p>Assim, não é sugerida a impetração de MS para combater o referido indeferimento da manifestação de inconformidade.</p>	
Comentado por Bruna Spanhol [09/nov/24]	
Isabela Colere de Matos Letícia Dias Louise nesse cenário como fica o pedido do cliente ?	
Comentado por Isabela Colere de Matos [11/nov/24]	
<p>Bom dia,</p> <p>Conforme alinhado no grupo "Demandas Fiscais" do Discord no dia 31/01/2024:</p> <p>Louise — 31/01/2024 13:16</p> <p>Pessoal boa tarde</p> <p>segue os pontos alinhados com o Wellington referente ao processamento de Diesel</p> <p>ALINHAMENTO DIESEL</p> <p>DESPACHO DECISÓRIO DIESEL</p> <p>AS EMPRESAS QUE RECEBERAM DESPACHO INDEFERINDO NA INTEGRALIDADE OS PEDIDOS E QUE JÁ POSSUEM DECISÃO DO MS.</p> <p>Solução:</p> <ul style="list-style-type: none">• Voltar as declarações (SPED'S e DCTF'S) para original; Responsável Louise• Apresentar uma manifestação de inconformidade informando a regularização, e Responsável Cleiton• Elaborar um parecer técnico com os detalhes da manifestação de inconformidade bem como a justificativa do recebimento do despacho decisório e impossibilidade <p>AS EMPRESAS COM MS EM ANDAMENTO.</p> <ul style="list-style-type: none">• Realizar a desistência do processo (MS); e Responsável Cleiton• Manter os pedidos administrativos sem realizar nenhuma retificação referente a declarações, perdcomp's. Responsável Louise <ul style="list-style-type: none">• Aditivo Contratual. Orientação é que seja enviado ao cliente somente após a Receita realizar o depósito em conta. Responsável Ariane e Sabrina• Em caso de discordância do cliente para o aditivo contratual, elaborar termo de responsabilidade, com o intuito de nos eximir de eventuais problemas em caso de processo. <p>Desta forma, voltamos o SPED Contribuições e a DCTF referente ao mês 08/2022 para os originais. Seguem arquivos:</p> <p>AUTO POSTO GIGI 08.2022.zip </p>	
Comentado por Tributo Justo [13/nov/24]	
Chamado migrado para o Odoo	
Gerado em Wed Nov 13 19:20:54 GMT 2024 por Tributo Justo usando JIRA 1001.0.0-SNAPSHOT#100275-rev:1663ce719d626dc000a9df0af52cdab3043da5c9.	